

A primeira reunião do ano do Comitê de Estudos de Mercado (CEM) da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg, ocorrida nesta quinta-feira (27), tratou dos fatores que poderão afetar o ritmo de retomada da economia global em 2022 e as consequências disso para o Brasil.

Tensão geopolítica na Europa, com o risco de invasão da Ucrânia pela Rússia, manutenção da inflação global, o avanço mundial da variante Ômicron (e seus desdobramentos indesejáveis), os preços em alta do petróleo, provável alta acelerada dos juros básicos da economia americana e a perspectiva de desaceleração da China, dadas as medidas severas para conter a Covid-19, estão entre os problemas que países emergentes deverão colocar no radar, já que são os mais propensos a sentir os efeitos de uma desaceleração global. “Será um ano particularmente difícil para os emergentes (até para a China), sob os quais o aperto das condições monetárias globais tende a ter um peso maior”, relatou o economista Luiz Roberto Cunha, membro do CEM, destacando, entre as consequências, menores fluxos de investimentos externos, desvalorizações cambiais, pressões inflacionárias adicionais, em um cenário de inflação global resiliente.

Dois dos principais parceiros brasileiros- EUA e China - seguem em caminhos opostos em termos de retomada. EUA demonstram forte crescimento, de 6,9% anualizado no último trimestre, ao passo que a China perde pontos de expansão, em virtude de sua política de buscar zerar novos casos de Covid-19. Um pode elevar os juros e, com isso, reduzir fluxos de capitais para o Brasil, e o outro pode adiar o fim dos gargalos estruturais que travam a produção das cadeias globais. O resultado disso seria uma inflação permanentemente alta e ameaças reais no nível de atividades, principalmente em países emergentes.

Ao lado do cenário externo, a eleição presidencial de outubro, juros e inflação mais elevados e as questões fiscais foram outros temas tratados na reunião do CEM. A conclusão é de que, com tantas variáveis capazes de afetar o ritmo de recuperação, o cenário básico de 2022 é ainda de incerteza.

O desempenho positivo do setor, cuja arrecadação cresceu 13,3%, para R\$ 275,3 bilhões até novembro (sem Saúde e DPVAT), foi outro tópico abordado no encontro, além do avanço da sinistralidade em algumas carteiras, como a de Automóvel. Nesse caso, o sinistro apresentou uma evolução de 40%, a maior da série histórica, ao passo que a arrecadação subiu 17,2% na comparação de novembro de 2021 versus o mesmo mês de 2020. Pela variação de 12 meses, constata-se uma recuperação em v da sinistralidade.

Também o Seguro Rural segue com forte pressão nas despesas com indenizações. O Rural acumulou R\$ 9 bilhões em prêmios até novembro, crescimento de 38,8% sobre 2020. Ao passo que os sinistros têm apresentado forte aumento- atingiram R\$ 4,1 bilhões - devido à seca no Sul e às fortes chuvas no Sudeste e em parte do Nordeste do País.

Na carteira de Vida, a arrecadação mantém a tendência de crescimento, ao passo que o volume de sinistro dá sinais de desaceleração, após pico ocorrido de abril e agosto do ano passado, quando chegou a pagar mais de R\$ 1 bi /por mês.

Os especialistas destacaram ainda o ano muito positivo dos seguros Residencial e Empresarial que, juntos, representam aproximadamente 60% do grupo Massificados. Foi constatada ainda a trajetória do Habitacional, com receita acumulada de R\$ 446,1 milhões e alta de 12,6% no acumulado do ano. Na pauta ainda, o comportamento do Garantia Estendida, seguro de Transportes e Capitalização.

**Fonte:** CNseg, em 02.02.2022.